

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 143ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 24/09/2021- 09h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABES-SP	Ana Lucia Brasil (T)
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti (T)
	Rodrigo Cristofolletti (S)
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
ASSEMAE	Luis Cláudio de Assis (T)
Associação Vale Verde	João Primo Baraldi (S)
CDRS	Denis Herisson da Silva (T)
	Henrique Bellinaso (S)
CMDR - Rio Claro	Melissa Pin Lucheti Sampaio (S)
Cooperativas de Holambra	Fernando Ruter (T)
COPLACANA	José Rodolfo Penatti (T)
	Rodrigo Cristofolletti (S)
DAAE - Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
IAC	Isabella Clerici de Maria (T)
Instituto Terra Mater	Álvaro Luz Alves Coutinho (T)
IP/APTA	Simone Raymundo Oliveira (T)
IPÊ	Paulo Roberto Ferro (S)
IZ/APTA	Simone Raymundo Oliveira (T)
P.M. de Itatiba	Ricardo Pires Staningher (T)
P.M. de Limeira	Gabriela Alves Ribeiro (S)
	Vitor Oliveira Bragotto (S)
P.M. de Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
P.M. de Saltinho	João Francisco de Lima (T)
P.M. de Salto	Carlos M. do Nascimento Faria (T)
Pró-Flor Atibaia	Dirceu Kioshi Hasimoto (S)
Rotary International - D4590	Luiz Antonio C. e Silva Brasi (T)
SAA	Denis Herisson da Silva (T)
	Henrique Bellinaso (S)
SANASA	Luis Cláudio de Assis (T)
SEMAE	Dalva Bueno de Camargo (T)
	Renato Natalio Cardoso (S)
SIMA/CFB	Maitê de Souza Sandoval (T)
Sindicato Rural de Atibaia	Dirceu Kioshi Hasimoto (S)
Sindicato Rural de Campinas	Luís Fernando Amaral Binda (T)
Sindicato Rural de Indaiatuba	Wilson Tomaseto (T)
Sindicato Rural de Jundiaí	Luís Fernando Amaral Binda (T)
Sindicato Rural de Itu	Alexandra Mara Vetroni Martins (T)
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin (T)

Sindicato Rural de Monte Mor	Rogério Maluf (T)
Sindicato Rural de Piracicaba	Luís Fernando Amaral Binda (S)
Sindicato Rural de Rio Claro	Tiago Adolfo da Silva (S)
Sindicato Rural de Salto	João Primo Baraldi (T)
UNESP/IGCE	Fatima Celina Micai Meneghete Simões (S)
UNICA	Gilda Carneiro Ferreira (T)
UNICAMP	André Elia Neto (S)
	Alfredo Borges de Campos (T)

Membros ausentes	
Entidade	
CISBRA	
Instituto Agir Ambiental	
Mackenzie - Campinas	
P.M. de Atibaia	
P.M. de Campinas	
P.M. de Charqueada	
P.M. de Cordeirópolis	
P.M. de Jaguariúna	
P.M. de Jarinu	
P.M. de Louveira	
P.M. de Socorro	
P.M. de Toledo	
Sindicato Rural de Bragança Paulista	
Sindicato Rural de Charqueada	
Sindicato Rural de Jundiaí	
SINMEC	
Terceira Via	
UNICAMP/FEAGRI	

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Tiago Georgette
	Marcos E. Cazzonato
	Rebeca Silva
ABES-SP	Sonia Nogueira
INEVAT	Francisco Moschini
SAA-SP	Francisco Martins
Sindicato Rural de Atibaia	Thiago R. N. Nascimento
SOS Mata Atlântica	Cícero José A. H. de Melo Jr
UNICAMP	Adriano Tonetti

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 143ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 24/09/2021- 09h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de 2021 realizou-se, por meio de videoconferência através da plataforma *Google Meet*, a 143ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação de Água no meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ. **Pauta:** a convocação da reunião e pauta foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica no dia 17/09/2021. **1. Abertura:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. João Primo Baraldi, coordenador da CT-Rural e representante do Sindicato Rural de Rio Claro/SP (S.R. Rio Claro), que, tendo o quórum necessário para a sua realização, iniciou dando as boas-vindas e agradecendo a presença de todos. **2. Aprovação da minuta de ata da 142ª Reunião Ordinária, realizada em 16/07/2021:** o Sr. Baraldi informou que a minuta de ata foi encaminhada junto da convocação da reunião e questionou os membros sobre a necessidade de leitura da minuta, sendo dispensada por todos. Assim, colocou em apreciação a minuta da ata da 142ª Reunião Ordinária, realizada em 16/07/2021, sendo aprovada por unanimidade. **3. Novo Regimento Geral das Câmaras Técnicas – destaques:** Na sequência, o Sr. Baraldi convidou o Sr. Tiago Georgette, da equipe de apoio da Secretaria da SE/PCJ, que apresentou sobre o Novo Regimento Geral das Câmaras Técnicas. O Sr. Tiago explicou que desde a renovação das Câmaras Técnicas, realizada no dia 16/07/21, já está valendo o Regimento Geral aprovado na Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21, de 30/03/2021. Reforçou que membros são as entidades que atuam nos Comitês PCJ e representantes são as pessoas físicas indicadas pelo responsável da entidade para representá-las nas diversas instâncias de participação dos Comitês PCJ. Explicou que cada representante pode estar representando até duas entidades em cada Câmara Técnica. Com o novo regimento, volta a valer a exclusão por ausência, sendo para o caso de reuniões bimestrais, o limite de faltas são 2 (duas) consecutivas ou 4 (quatro) alternadas. O trabalho das CTs é consultivo e opera-se no processo de consenso, mas podendo haver votação. Explicou também o

funcionamento dos Grupos de Trabalhos (GTs) sendo que os representantes podem participar nos GTs a qualquer tempo, bastando manifestar o interesse na participação. Passou também as orientações quanto à participação em reuniões não presenciais. Por fim, reforçou a importância dos representantes conhecerem a Deliberação que aprova este Regimento Geral, o Plano das Bacias PCJ 2020-2035 e o caderno de apoio (livreto) disponibilizado pelos Comitês PCJ no momento da renovação das Câmaras Técnicas. O Sr. Baraldi agradeceu as explicações e abriu para dúvidas. O Sr. Miguel Milinski, representante do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro (DAAE Rio Claro) e da Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP, questionou sobre o custeio de membros da sociedade civil nas reuniões dos Comitês PCJ. O Sr. Tiago informou que há a possibilidade dos representantes de entidade da sociedade civil solicitar antecipadamente o recebimento de diárias para custeio de transporte e alimentação durante as reuniões presenciais, sendo que mais informações sobre a solicitação e prestação de conta posterior, pode ser acessada no sítio eletrônico dos Comitês PCJ por meio do [link <https://rb.gy/eb4ole>](https://rb.gy/eb4ole). **4. Atualizações na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP):** Na sequência, o Sr. Baraldi convidou o Sr. Denis Herisson, coordenador-adjunto da CT-Rural e representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo (SAA) e da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), para a apresentação. **4.1. Cadastro Ambiental Rural - atualizações:** O Sr. Denis realizou a apresentação “Dúvidas específicas relacionadas ao CAR/PRA/SARE” onde informou que com a promulgação da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 que atualizou o Código Florestal Brasileiro, ficou estabelecida a obrigatoriedade do registro do Cadastro ambiental Rural (CAR) das propriedades, sendo que um dos benefícios para o produtor se encontra na possibilidade de conseguir identificar o reconhecimento de sua propriedade e

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 143ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 24/09/2021- 09h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

entendimento das demandas existentes de restauração para poder atender a legislação ambiental e não gerar nenhum passivo nesse processo. Informou que no estado de São Paulo, há mais de 300.000 (trezentas mil) propriedades rurais, sendo que a maior parte possui menos de 4 (quatro) módulos rurais, o que permitirá que os técnicos do estado façam a Análise Dinamizada, que é uma ferramenta digital que calcula um projeto em cima do que o responsável pelo imóvel declarou no CAR, e à luz da Resolução SAA nº 54/2021 de 17 de agosto de 2021, que estabelece procedimentos a serem observados, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, na análise e aprovação de Cadastros Ambientais Rurais - CARs. Se na análise não houver inconsistências entre o registrado e o identificado digitalmente, o produtor será avisado conforme cadastro, e terá 90 (noventa) dias para confirmar ou não os dados declarados. Caso o sistema aponte inconsistência, o produtor terá 90 (noventa) dias para apresentar confirmação das informações ou justificativas das inconsistências, já que muitas delas podem ser apenas erros de inserção das informações. Considerando a premissa de que um bom diagnóstico pode gerar um bom projeto, informou que muitas propriedades possuem erros básicos de inserção como limite da propriedade, hidrografia incorreta, erros de inserção da vegetação nativa e outros usos consolidados. Informou que os produtores que se cadastraram no CAR antes de 2019, devem acessar novamente e fazer a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), cujo prazo de adesão é até 31 de dezembro de 2022. Informou também que as propriedades que não aderiram ao CAR até o dia 31/12/2020 não poderão fazer agora a adesão ao PRA. O Sr. Denis ressaltou a importância de todos acompanharem o processo por meio do sítio eletrônico da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), <<https://rb.gy/pxp4ep>> onde podem encontrar várias informações, inclusive o Manual de Orientações para a Inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR-SP) e

Adequação Ambiental de imóveis rurais do Estado de São Paulo. O Sr. João Baraldi agradeceu a apresentação, abriu para questionamento, e perguntou se o CAR estará incluído no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (SARE) da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do estado de São Paulo. O Sr. Denis informou que com a adesão ao PRA, o projeto será incluído automaticamente no SARE e o produtor poderá acompanhar a implementação do Plano por lá. A Sra. Alexandra Martins, representante do Sindicato Rural de Itu/SP, questionou se as áreas das propriedades que foram afetadas pela seca e perda de parte das áreas recompostas, como elas devem registrar tal ocorrência no sistema. O Sr. Denis informou que casos em que os produtores forem vítimas de incêndios ou outras ocorrências naturais, que registrem o ocorrido, por meio de Boletins de Ocorrência, para se eximirem futuramente. O Sr. Baraldi questionou como atualizar no sistema a área de excedente de restauração, por exemplo. O Sr. Denis reforçou a importância de os produtores fazerem essa atualização periódica na plataforma SiCAR-SP, sendo que se essa área for superior, o produtor pode negociar futuramente como compensação de outras áreas. O Sr. Miguel Milinski questionou se o Planejamento Integrado da Propriedade (PIP) pode ser considerado como PRA. O Sr. Denis informou que o PIP pode ser subsídio para o produtor elaborar ou atualizar o CAR, o que gerará o PRA; **4.2. Linhas do FEAP (Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista) - Cadastro:** Na sequência, o Sr. Denis informou que na convocação enviada, constava que a Sra. Simeire Aparecida Manarim Rocha faria a apresentação, mas como ela se encontra em período de férias, a apresentação será realizada pelo Sr. Francisco Martins, engenheiro zootecnista da CDRS, que realizou a apresentação “FEAP”, onde explicou o funcionamento do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) que presta apoio financeiro a programas e projetos específicos, atendendo produtores rurais e

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 143ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 24/09/2021- 09h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

pescadores artesanais, bem como suas cooperativas e associações do estado de São Paulo. Informou que o fundo é formado por recursos do Tesouro Estadual e de outras fontes e está dividido em três linhas de financiamento: i. linhas de financiamento para as mais diversas cadeias produtivas; ii. subvenção ao prêmio do seguro rural; iii. subvenção econômica aos produtores rurais, suas cooperativas e associações. Os beneficiários do Programa são produtores rurais, pessoas físicas, com renda bruta agropecuária até R\$1 milhão (um milhão de reais) por ano que represente pelo menos 50% (cinquenta por cento) do total da renda bruta anual, cooperativas de produtores rurais com valor de sobre e lucro líquido de até R\$4,8 milhões (quatro milhões e oitocentos mil reais) por ano, associações de produtores rurais com faturamento bruto anual de até R\$4,8 milhões (quatro milhões e oitocentos mil reais) e produtores rurais constituído como pessoa jurídica com faturamento bruto anual de até R\$2,4 milhões (dois milhões e quatrocentos mil reais) por ano. Pode ser financiado até R\$600 mil (seiscentos mil reais) com juros de 3% (três por cento) ao ano e com garantia mínima de 100% (cem por cento) do valor financiado. Apresentou também a linha de Custeio Emergencial Agro SP, onde R\$100 milhões (cem milhões de reais) estão disponíveis para produtores afetados pela pandemia, pela seca e por geada. Produtores podem solicitar até R\$80 mil (oitenta mil reais) e cooperativas e associações podem acessar até R\$1,5 milhão (um milhão e quinhentos mil reais) com 24 (vinte e quatro) meses de carência, com juros de 1% (um por cento) ao ano e dividido em até 48 (quarenta e oito) parcelas. Os interessados podem buscar a Casa da Agricultura local onde receberão mais informações e o apoio técnico necessário. Após a apresentação o Sr. Baraldi agradeceu a apresentação e abriu para dúvidas e questionou o caminho para buscar o fundo emergencial após a geada. O Sr. Francisco informou que o produtor deve buscar a Casa da Agricultura local para analisar a área impactada, dimensionar o prejuízo e estimar o

melhor projeto a ser apresentado. O Sr. Miguel Milinski, do DAAE e PM de Rio Claro/SP, questionou se há índices de correção no valor financiado além do juros e se o financiamento pode abranger as áreas queimadas. O Sr. Francisco informou que não há taxas acessórias no financiamento e que queimadas não são atendidas, mas há que verificar se essa ação foi resultado de secas e geadas. A Sra. Alexandra Martins, do SR de Itu/SP, questionou se todas as Casas de Agriculturas estão habilitadas a desenvolver esse levantamento para financiamento. O Sr. Francisco informou que todos os técnicos receberam capacitação a respeito e que o crédito é disponível para todo o estado de São Paulo. O Sr. Fernando Rutter, representante das Cooperativas de Holambra/SP, questionou sobre o enquadramento dos produtores para o financiamento. O Sr. Francisco respondeu que as demais rendas entram na análise até os limites estabelecidos nos critérios de beneficiários, ou seja, a renda agropecuária máxima ser até 50% (cinquenta por cento) da renda do produtor, pessoa física. A Sra. Isabella C. De Maria, representante do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), questionou sobre financiamento de projetos para redução do uso de água. O Sr. Henrique Bellinaso, representante da CDRS, respondeu que pode ser financiado dentro da linha de “Apoio à irrigação para uso racional da água” e que esta linha estará liberada em breve para receber projetos. O Sr. Denis questionou sobre possibilidade de financiamento de adequações ambientais da propriedade. O Sr. Henrique respondeu que pode ocorrer, mas está em processo de operacionalização pela CDRS. **5. Informes Gerais:** Na sequência, o Sr. Baraldi passou para os informes gerais para os membros. **5.1. da Coordenação: a) GT-Estiagem** - repasses sobre as últimas reuniões e informe sobre webinar previsto para 27/09/21 com setores de usuários de recursos hídricos: o Sr. Baraldi informou sobre o trabalho realizado pelo GT-Estiagem e convidou a todos para participar do webinar "Boas práticas para o uso eficiente dos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 143ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 24/09/2021- 09h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

recursos hídricos nas Bacias PCJ” a ser realizado no dia 27/09 às 9h e que contará com apresentações de casos de sucesso de uso racional da água na área agrícola; **b)** Repasses sobre reuniões do GT-Integração (criado no âmbito da CT-PL): informou que a coordenação da CT-Rural tem participado das reuniões do GT-Integração, sendo que na última reunião foi apresentada as demandas para a elaboração do próximo Plano de Trabalho das CTs para o biênio 2022-2023; **c)** Repasses das últimas reuniões do GT-Mananciais (Reunião 53ª realizada em 13/08/21 e Reunião 54ª ocorrida em conjunto com a 7ª Reunião Conjunta da CT-RN e CT-Rural): o Sr. Baraldi informou das últimas reuniões do GT-Mananciais e informou que para o próximo biênio, foi escolhido como coordenador do GT o Sr. Denis Herisson da Silva, que também é coordenador-adjunto da CT-Rural e o Sr. Miguel Milinski como coordenador-adjunto do GT e desejou sucesso a ambos na condução do grupo; **d)** Repasses da participação na 90ª Reunião Ordinária da CT-SAM, realizada em 24/08/21: destacou que durante essa reunião foi discutida a nova portaria de potabilidade, a Portaria GM/MS nº 888 do Ministério da Saúde publicada em 4 de maio de 2021, e informou que estão acompanhando essa questão que pode trazer dificuldades para os produtores rurais conseguirem se regularizar na questão de abastecimento de água potável; **e)** Repasses sobre participação na 82ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada em 03/09/21: informou que aconteceu no dia 03/09 a última reunião da CT-PL e lembrou a todos que essa reunião pode ser acompanhada pela plataforma do Youtube, disponível no sítio eletrônico da Agenda dos Comitês PCJ; **f)** Repasses da participação na reunião do GT-Empreendimentos, realizada em 14/09/21: informou que no último dia 14/09 aconteceu a apresentação e discussão dos membros sobre o empreendimento “Implantação da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos CONSIMARES”, em Nova Odessa/SP; **g)** Plano de Trabalho da CT-Rural 2022-2023 - envio à Secretaria Executiva para apreciação: o Sr. Baraldi

informou que está em processo de elaboração o Plano de Trabalho da CT-Rural para o biênio 2022-2023 e que a primeira proposta foi encaminhada para a SE/PCJ; **5.2. da Secretaria Executiva: a)** Atualização de representantes: o Sr. Tiago Georgette informou que entre a última reunião e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração dos representantes de três membros: i. do Instituto Agrônomo (IAC): inclusão da representante suplente Jane Maria de Carvalho Silveira; ii. da P.M. de Campinas: substituição do representante titular José Benedito Napoleone Silveira para Renato Rossetto e inclusão dos representantes suplentes Geraldo Ribeiro de Andrade Neto, Paulo Ricardo E. de Carvalho Neto e Luiz Fernando Vogel; iii. do Sindicato Rural de Piracicaba: substituição do representante titular José Rodolfo Penatti para Cyro André Carvalho de Freitas e do representante suplente Rodrigo Cristofolletti para Tiago Adolfo da Silva. **b)** Plano de Capacitação dos membros dos Comitês PCJ: o Sr. Tiago salientou a importância dos representantes realizarem cursos de capacitação em plataformas como da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) pelo link <<https://capacitacao.ead.unesp.br/>>, mas reforçou que há a possibilidade de realizar em outras instituições também. Solicitou que os representantes que concluírem os cursos, que encaminhem os certificados de cursos com os temas de meio ambiente e recursos hídricos, realizados a partir de 2021, para o e-mail da SE/PCJ, para que os Comitês PCJ possam demonstrar a capacitação dos membros para obtenção de recursos do Procomitês; **c)** Próximas reuniões dos Comitês PCJ (CT-PL e Plenária - participação não obrigatória): convidou os membros para conhecer as próximas reuniões sendo elas: i. 82ª Reunião Ordinária da CT-PL em 03/09/2021 às 09hs; ii. 23ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ em 07/10/2021 às 09hs; iii. 24ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ em 07/10/2021 às 10h30. Informou que todas serão transmitidas via plataforma Youtube e Facebook e que a participação não é obrigatória para quem não

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 143ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 24/09/2021- 09h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

for membro da Plenário dos Comitês PCJ; **d)** Lançamento Newsletter Comitês PCJ: O Sr. Tiago apresentou esse novo instrumento de divulgação do trabalho dos Comitês PCJ, cujo objetivo é a atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas Câmaras Técnicas e que os interessados podem conhecer por meio do link <<https://agencia.baciaspcj.org.br/newscomitespcj/>>; **e)** Apresentação da Equipe da SE: o Sr. Tiago apresentou a equipe da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ. Informou que a Diretoria Integrada dos Comitês PCJ possui como secretários executivos os Srs. André Luiz Sanchez Navarro (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), Caroline Túbero Bacchin (CBH-PCJ) e Damião Aparecido do Couto (CBH-PJ1). Informou que para apoiar o trabalho dos secretários executivos, a Agência PCJ conta com a Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos (CASGRH) tendo a Sra. Vanessa Longato como coordenadora. Informou que a equipe da CASGRH é composta por dez técnicos que realizam o suporte às diversas instâncias dos Comitês PCJ. Informou que o apoio à CT-Rural, na função de secretaria, é realizado pelos técnicos Rebeca Silva e Tiago Georgette; **5.3. dos membros da CT-Rural:** **a)** O Sr. Miguel Milinski, representante do DAAE e PM de Rio Claro/SP, realizou três informes: i. como coordenador do GT-Ação em Saneamento Rural, informou que a Agência PCJ recebeu o protocolo de 10 (dez) projetos para financiamento do Plano Municipal de Saneamento Rural e informou que após ajustes de recursos no Plano de Investimentos, os dez projetos foram aprovados para financiamento, seja pela cobrança estadual ou federal pelo uso dos recursos hídricos; ii. como coordenador-adjunto do GT-Mananciais, informou também que está em processo de análise e complementações a inscrição de 4 (quatro) projetos para financiamento de ações de proteção dos Mananciais; iii. como coordenador da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Rio Claro/SP, informou que o município é um dos candidatos nos projetos apresentados no edital da

Política de Mananciais, onde apresentaram o projeto “Nascentes do Ajapi” que financiarão os projetos de restauração de área dos mananciais no manancial de abastecimento do município de Rio Claro/SP em área de quase 3.000 ha (três mil hectares); **b)** A Sra. Ana Lucia Brasil, representante da ABES-SP, ressaltou a importante discussão levada pela CT-SAM discutindo a questão das novas normativas de potabilidade e informou que está em tratativa, junto à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), o financiamento de uma unidade móvel para análise da qualidade de água utilizada pelos produtores rurais nas Bacias PCJ. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João Primo Baraldi, coordenador da CT-Rural deu por encerrada a reunião.

João Primo Baraldi
Coordenador(a) da CT-Rural

Denis Herisson da Silva
Coordenador-adjunto da CT-Rural